TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CONTRATO TSE N.º 51/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL E O CONSÓRCIO TSE INTERNET-ANTIDDoS.

O **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF, CEP 70.070-600, CNPJ nº 00.509.018/0001-13, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA**, Senhor **MAURÍCIO CALDAS DE MELO,** portador da Carteira de Identidade nº M641.227 SSP/MG, CPF nº 275.038.106-10, e pela **SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO SUBSTITUTA**, Senhora **LUCIANA RODRIGUES DE CASTRO**, portadora da Carteira de Identidade nº 1.436.664 – SSP/DF, CPF nº 766.549.581-87, e, de outro lado, o **CONSÓRCIO TSE INTERNET-ANTIDDoS**, com sede na Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Bairro Santo Amaro, CEP 04.709-110, São Paulo/SP, formado pelas empresas **CLARO S/A - líder** -, com sede na Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Bairro Santo Amaro, CEP 04.709-110, São Paulo/SP, CNPJ nº 40.432.544/0001-47, e **PRIMESYS SOLUÇÕES EMPRESARIAIS S/A**, com sede na Rua dos Ingleses, nº 600, 5º andar, CEP 01.329-000, São Paulo/SP, CNPJ nº 59.335.976/0001-68, neste ato representado pela **empresa líder CLARO S/A**, doravante denominada **CONTRATADA**, representada pelos **PROCURADORES**, Senhora **JULIANA FRANCO JIBRAHN HSIEH**, portadora da Carteira de identidade nº 1.434.652 SSP/DF, CPF nº 780.528.581-00, e Senhor **BRUNO FERNANDES DOS SANTOS**, portador da Carteira de Identidade nº 2.166.065 SSP/DF, CPF nº 722.194.911-53, têm justo e acordado celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS**, sob a regência das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, de acordo com o Procedimento Administrativo nº 2015.00.000001349-5, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de enlaces de comunicação de dados entre o TSE e a Internet (item 2 do Pregão-TSE nº 41/2017), incluindo serviços de segurança, monitoramento proativo e mitigação de ataques de negação distribuída de serviços (DDoS), pelo período de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, conforme os itens a seguir, de acordo com as especificações, prazos e condições constantes do Edital de Licitação TSE nº 41/2017 e seu Anexo I, modalidade pregão, e proposta da **CONTRATADA**, que passam a fazer parte deste instrumento, independentemente de transcrição, no que não conflitar com as disposições do presente contrato.

Item 2 - Enlace Secundário de acesso à Internet.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA EXECUÇÃO

A execução do objeto do presente contrato, sob o regime de empreitada por preço global, será realizada com a prestação dos serviços descritos em sua Cláusula Primeira, por meio das empresas que constituem o Consórcio, conforme participação especificada no item 7.1 do Instrumento de Compromisso Particular de Constituição de Consórcio, abaixo demonstrada, segundo as condições estabelecidas no Edital de Licitação TSE nº 41/2017, no seu Anexo I e na proposta da **CONTRATADA**.

EMPRESA CONSORCIADA	CNPJ	PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO (conforme item 7.1 do Instrumento de Compromisso Particular de Constituição de Consórcio)
Claro S/A	40.432.544/0001-47	71,59%
Primesys Soluções Empresariais S/A	59.335.976/0001-68	28,41%

2. Conforme item 7.2 do Instrumento de Compromisso Particular de Constituição de Consórcio a proporção percentual de participação acima transcrita está estabelecida com base na Definição de Responsabilidades da Consorciadas, definida na Cláusula Oitava do Instrumento de Compromisso Particular de Constituição de Consórcio e as Consorciadas declaram que não terão a sua composição ou constituição alterada ou modificada, sem prévia e expressa anuência do TSE, até o término da execução do objeto licitado e contratado. Eventuais alterações que se façam necessárias, de comum acordo entre as Consorciadas, poderão ser realizadas por meio de Termo Aditivo, sempre com a prévia e expressa anuência do TSE.

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE**:

1. Prestará as informações e os esclarecimentos que venha a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

2. Acompanhará, fiscalizará e atestará a execução contratual, bem como indicará as ocorrências verificadas;

3. Designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual;

4. Permitirá que os funcionários da **CONTRATADA**, desde que devidamente identificados, tenham acesso aos locais de execução dos serviços;

5. Recusará qualquer material entregue em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência ou com defeito;

6. Efetuará o pagamento à **CONTRATADA**, segundo as condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 41/2017.

CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

1. Executar, com observação dos prazos e exigências, as obrigações constantes do objeto do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 41/2017 e seu Anexo I-I;

2. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução dos serviços do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 41/2017;

3. Informar, no prazo de 05(cinco) dias úteis após notificação do **CONTRATANTE**, o nome do responsável, os contatos de telefone, fax, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o **CONTRATANTE**, bem como manter os dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação;

4. Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato;

5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 41/2017;

6. Fazer com que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina, durante o período de permanência nas dependências do **CONTRATANTE**, recomendando-se o uso de uniforme da empresa, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, camisetas regatas, sem camisa ou usando chinelos de dedo);

7. Comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais;

8. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos de qualquer forma ou prestadas pelo **CONTRATANTE**, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros, bem como a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à **CONTRATADA**, durante e após a vigência deste contrato.

9. Manter, durante a execução deste contrato as condições de habilitação exigidas na licitação.

9.1. Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à regularidade fiscal, a **CONTRATADA** terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado da notificação da fiscalização, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.

10. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

10.1 A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao contratante, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA
DO VALOR E DO REAJUSTE CONTRATUAL

1. Os preços a serem pagos à **CONTRATADA**, pela prestação dos serviços do objeto deste contrato, atualizada com o último preço ofertado no pregão, são os discriminados abaixo, sendo de R$ 407.981,79 (quatrocentos e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e setenta e nove centavos).

Item nº 2 – ENLACE SECUNDÁRIO					
Nº do item	**Nº do subitem**	**Descrição**	**Valor unitário (R$)**	**Qtde contratada**	**Valor Total (R$)**
2	2.1	Serviços de comunicação de dados	7.398,03	30 meses	221.940,90
	2.2	Serviço de proteção contra ataques	6.119,73	30 meses	183.591,90
	2.3	Instalação do enlace para prover comunicação de dados	2.448,99	1 instalação	2.448,99
Valor total do contrato					**407.981,79**

2. Os preços cotados para os serviços de comunicação de dados serão fixos e irreajustáveis nos primeiros 12 (doze) meses. Após esse período, o reajuste será feito de ofício, podendo ocorrer negociação entre as partes, momento no qual, será apreciada a possibilidade da aplicação do índice IST - Índice de Serviços de Telecomunicações, no período entre o mês básico da apresentação da proposta e o mês anterior ao reajuste, compreendendo sempre o período de 12 (doze) meses, de acordo com a seguinte fórmula:

PR = IMR x PA, onde:
IMM

PR = Preço reajustado

IMR = Índice do IST do mês anterior ao reajuste

IMM = Índice do IST do mês de apresentação da proposta

PA = Preço anteriormente praticado

3. A administração antes de conceder o reajuste poderá exigir que a **CONTRATADA** apresente planilha demonstrativa com a efetiva variação de seus custos ocorrida no período do reajuste proposto.

CLÁUSULA SEXTA
DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

1. O pagamento dos serviços de comunicação de dados será efetuado mensalmente, observado o disposto no Capítulo 6 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 41/2017, até o 8º (oitavo) dia útil, a partir da atestação da nota fiscal pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, observado o disposto na Lei nº 9.430/96 e a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

1.1. O pagamento referente à instalação dos enlaces será efetuado em parcela única, conforme definido no item 6.3.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 41/2017.

1.2. O servidor responsável pelo atesto da(s) nota(s) fiscal(is) terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para fazê-lo, contando-se esse prazo a partir do recebimento definitivo dos serviços.

1.3. O pagamento a ser efetuado em favor da **CONTRATADA** estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais.

1.4. O TSE verificará a permanência da **CONTRATADA** no Simples Nacional, conforme declaração de que trata o item 6.1 do Capítulo XI do Edital de Licitação TSE nº 41/2017, mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexará cópia da consulta ao contrato ou à documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de a contratada informar qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional.

2. **A CONTRATADA** deverá apresentar a nota fiscal/fatura correspondente aos serviços prestados, conforme último lance ofertado no pregão, observado o disposto no item 7 e subitens do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 41/2017.

3. Na fase de liquidação e pagamento da despesa deverá ser verificada pela área competente a regularidade fiscal da **CONTRATADA** perante a Seguridade Social, Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União fornecida pela Receita Federal do Brasil), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e, ainda, perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT); admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.

4. O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e na nota de empenho.

4.1. Eventual mudança do CNPJ do estabelecimento da **CONTRATADA** (matriz/filial), encarregada da execução do contrato, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

5. Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou da apresentação da nota fiscal, conforme o caso, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TSE, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado I = (6/100)/365).

CLÁUSULA SÉTIMA
DA GARANTIA CONTRATUAL

1. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, a **CONTRATADA** apresentará no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de entrega da via assinada deste contrato ou termo aditivo pelo **CONTRATANTE**, comprovante de prestação da garantia no valor de R$ 20.399,09 (vinte mil, trezentos e noventa e nove reais e nove centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do preço contratado, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

1.1. Nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, o prazo de validade deverá ser superior ao da vigência do contrato em pelo menos 3 (três) meses, de sorte

a contemplar tempo hábil para verificação do adimplemento contratual.

a.1) Nessas modalidades a garantia deverá contemplar obrigatoriamente todos os eventos indicados no item 3 desta Cláusula.

a.2) O termo final da vigência da apólice ou da fiança bancária será suspenso a partir da comunicação feita à seguradora ou à instituição bancária do evento ocorrido na execução do contrato, que possa ser objeto de cobertura pela garantia, e enquanto necessário à solução final sobre a indenização.

1.2. A caução em dinheiro deverá ser efetuada em banco oficial, em conta específica, a benefício do **CONTRATANTE**. O valor depositado deverá ser corrigido monetariamente.

2. Nos casos de alteração ou de prorrogação da vigência do contrato, e ainda por qualquer motivo que o tornar insuficiente, o valor da garantia deverá ser ajustado à nova realidade, seguindo os mesmos parâmetros utilizados na contratação.

2.1. A base de cálculo para incidência da multa, caso haja atraso na complentação da garantia, será o valor sem cobertura em razão do acréscimo contratual, da prorrogação ou da insuficiência da garantia.

3. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá assegurar o pagamento de:

3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

3.2. Sanções pecuniárias aplicadas à **CONTRATADA**;

3.3. Prejuízos causados ao **CONTRATANTE** por culpa ou dolo de representantes, prepostos e empregados da **CONTRATADA**;

4. A garantia somente não será executada nas seguintes hipóteses:

4.1. Caso fortuito ou força maior;

4.2. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrente de atos ou fatos exclusivamente imputados à Administração;

4.3. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

5. Para efeitos da execução do seguro-garantia ou da fiança bancária, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo TSE à Instituição Garantidora dentro do respectivo prazo de vigência.

6. A garantia ou a parte remanescente será devolvida à **CONTRATADA** após comprovado o cumprimento integral das obrigações contratuais.

7. A garantia será considerada extinta com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, caso a **CONTRATADA** descumpra total ou parcialmente o objeto contratado, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará sujeita às seguintes penalidades:

1.1. Advertência;

1.2. Multa;

1.2.1. Nos casos em que houver previsão de cálculo de multa em percentagem e o valor calculado resultar abaixo de R$ 300,00 (trezentos reais), a

multa aplicável será de R$ 300,00 (trezentos reais);

1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

2. Será aplicada a penalidade descrita no subitem 1.3, à **CONTRATADA** que:

2.1. ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;

2.2. falhar ou fraudar na execução do contrato;

2.2.1. Para efeito de aplicação do disposto no subitem 2.2 desta Cláusula, será considerada falha na execução do contrato os casos de inexecução total, e os de inexecução parcial que resultem na rescisão contratual.

2.3. comportar-se de modo inidôneo;

2.4. fizer declaração falsa; ou

2.5. cometer fraude fiscal.

3. Com Fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, as sanções previstas nos subitens 1.1 e 1.3, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, juntamente com as multas convencionais e de mora, podendo estas serem descontadas dos pagamentos a serem efetuados, após o encerramento do procedimento de apuração de penalidades, e quando cabível, sem prejuízo do ressarcimento dos danos causados à Administração e das demais cominações legais.

3.1. Para efeito de aplicação das penas de advertência e de multa, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas a seguir:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	Advertência.
2	Multa de 1 % sobre o valor mensal do contrato.
3	Multa de 1% sobre o valor mensal do enlace.
4	Multa de 0,5% sobre o valor total do contrato.
5	Multa de 1% sobre o valor total do contrato
6	0,2% sobre o valor da garantia contratual

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 41/2017 e seu Anexo I-I não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência.	1
2	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 41/2017 e seu Anexo I-I não previstos nesta tabela de multa, **após reincidência** formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
3	Permitir a ocorrência de evento de indisponibilidade de comunicação com duração superior a 8 (oito) horas, por evento, limitado a 10 (dez) eventos.	3
4	Deixar de cumprir o prazo para instalação do enlace, por dia corrido de atraso, limitada sua aplicação até o máximo de 20 (vinte) dias de atraso.	4
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	5
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia e por ocorrência, limitada sua aplicação até o máximo de 02 (dois) dias ou 02 (duas) ocorrências.	5
7	Deixar de informar à seguradora ou fiador sobre qualquer alteração contratual que implique sua cobertura pela garantia contratual apresentada.	6

4. Caso a **CONTRATADA** não inicie a execução dos serviços quando convocada e nas condições avençadas, ficará sujeita à multa de mora de 0,5% (zero virgula cinco por cento), sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10(dez) dias. Após o 10º (décimo) dia, a Administração poderá tomar as seguintes medidas:

4.1. Os serviços poderão ser recusados, configurando-se, nesta hipótese a inexecução total do objeto, estando sujeita à multa de 20% (vinte por cento) do valor total contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e no instrumento contratual.

4.2. Presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a continuidade da execução dos serviços. Nesta hipótese, além da multa de mora, a contratada estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total contratado à título de inexecução parcial, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e neste instrumento contratual.

5. A não observância do prazo para apresentação da garantia contratual, conforme previsto na Cláusula Sétima deste contrato, acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

5.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para comprovar a prestação da garantia, autorizará a Administração a promover a retenção, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para suprir a falta, sem prejuízo das sanções contratuais.

5.1.1. A retenção não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

5.1.2. A **CONTRATADA** poderá, a todo tempo, substituir a retenção por qualquer das modalidades de garantia previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Nos casos de atraso na apresentação da complementação da garantia contratual em decorrência do acréscimo contratual, da prorrogação ou da insuficiência da garantia, a base de cálculo para incidência da multa será o valor sem cobertura.

6. As multas de mora e por inexecução parcial, quando aplicadas de forma isolada ou concomitante, não ultrapassarão o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato celebrado, considerando-se para esse fim, cada item como um contrato em apartado.

7. Na aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula a Autoridade Competente poderá considerar, além das previsões legais, contratuais e dos Princípios da Administração Pública, as seguintes circunstâncias:

7.1. a natureza e a gravidade da infração contratual;

7.2. o dano que o cometimento da infração ocasionar ao serviço e aos seus usuários;

7.3. a vantagem auferida pela contratada em virtude da infração;

7.4. as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

7.5. os antecedentes da **CONTRATADA**.

8. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento

comprobatório do alegado pela **CONTRATADA**, ficando a aceitação da justificativa a critério do TSE.

9. Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente das faturas devidas e/ou da garantia contratual, ou ajuizada a dívida, consoante o art. 86 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.

10. O **CONTRATANTE** promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à **CONTRATADA**.

11. O período de atraso será contado em dias corridos.

12. Fica estabelecido que os casos omissos serão resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto do presente contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

13. Os atos administrativos de aplicação das sanções, com exceção de advertência, multa de mora e convencional, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA NONA
DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da execução do objeto do presente contrato correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Justiça Eleitoral no Orçamento da União, para o exercício de 2017 na Natureza de Despesa 33.90.39.97 - Comunicação de Dados, na Ação 02.122.0570.20GP.0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa do Programa, compromissada, neste exercício, pela Nota de Empenho nº 2017NE001371, de 15/08/2017, no valor de R$ 154.126,45 (cento e cinquenta e quatro mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA DEZ
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos administrativos concernentes ao presente contrato cabe recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA ONZE
DA RESCISÃO

O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato, sem prejuízo das penalidades contratuais ou legais, no caso de sua inexecução total ou parcial ou nos demais previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, e ainda nos seguintes:

a) não correção dos defeitos ou deficiências devidamente notificados nos serviços prestados;

b) descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, assim como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

CLÁUSULA DOZE
DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TREZE
DA VIGÊNCIA E DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União e duração de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogados nos termos da lei.

CLÁUSULA QUATORZE
DO FORO

O foro da Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para solucionar qualquer questão relativa ao presente contrato.

CLÁUSULA QUINZE
DA PUBLICIDADE

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, correndo as despesas por conta do **CONTRATANTE**.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

Brasília/DF, de 28 AGO. 2017 de 2017.

Maurício Caldas de Melo
Diretor-Geral

Luciana Rodrigues de Castro
Secretária de Administração Substituta

Juliana Franco Jibran Hsieh
Procuradora

Bruno Fernandes dos Santos
Procurador

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO Nº 100/2017

A CGPL torna público o resultado do Pregão 100/2017 que trata da contratação de empresa especializada no serviço de vigilância para a unidade da DPU em Manaus/AM, cujo objeto fora adjudicado e homologado pelas autoridades competentes para a empresa Transexcel Segurança e Transporte de Valores Ltda, CNPJ 02.103.266/0001-95, visto que atendeu a todos os requisitos do edital do pregão supracitado.

(SIDEC - 29/08/2017) 290002-00001-2017NE800801

PREGÃO Nº 110/2017

A CGPL torna público o resultado do Pregão 110/2017 que trata da contratação de empresa especializada para prestar serviços de manutenção de ar condicionado para a unidade da DPU em Juiz de Fora/MG, cujo objeto fora adjudicado e homologado pelas autoridades competentes para a empresa Dutoclean Limpeza Robotizada de Dutos Ltda-ME, CNPJ 11.405.389/0001-71, visto que atendeu a todos os requisitos do edital do pregão supracitado.

GISELLE FREIRE DE MOURA ARRAIS
Coordenadora de Licitação

(SIDEC - 29/08/2017) 290002-00001-2017NE800801

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

RETIFICAÇÃO

No Edital - DPGU/GABDPGF DPGU nº 289 de 18 de maio de 2017, publicado no D.O.U nº 95 de 19 de maio de 2017, Seção 03 páginas 114 (1851672) processo SEI nº 08038.001642/2017-67.

Onde se lê:

"Art. 8º - Nas Categorias Redação III, Redação IV e Redação V, os participantes que tenham suas redações submetidas para análise pela banca examinadora receberão um Certificado de participação no 3º Concurso de Redação assinado pela Defensoria Pública da União e pelo Departamento Penitenciário Nacional, atestando 12h (doze horas) de atividades para fins de remição da pena.

§1º: O professor responsável pela atividade apenas poderá deixar de submeter a redação elaborada ao gestor local na hipótese contida no §3º, do art. 17.

§2º: Competirá aos gestores estadual e local o controle e guarda das redações elaboradas, inclusive aquelas que, por qualquer razão, não sejam submetidas à banca examinadora."

Leia-se:

Art. 8º - Nas Categorias Redação III, Redação IV e Redação V, todos os participantes cujas redações estiverem cadastradas e inseridas no sistema de inscrição receberão o Certificado de participação no 3º Concurso de Redação expedido pela Defensoria Pública da União em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional.

Parágrafo único: Nos Certificados de participação do 3º Concurso de Redação das categorias III, IV e V constará o total de 12 horas de atividades para fins de remição de pena.

Onde se lê:

"Art. 14. Nas categorias Redação III, Redação IV e Redação V, os gestores estaduais ficarão incumbidos de cadastrar os alunos no sistema de inscrição do concurso e de inserir as redações das pessoas que se encontrarem em situação de privação de liberdade.

§1º - A critério do gestor estadual, poderá ser designado outro servidor (a) para realizar a referida atribuição.

§2º - As redações dos participantes em situação de privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa poderão ser submetidas previamente ao setor de segurança/inteligência da respectiva unidade pelo gestor local ou pelo gestor estadual.

§3º - Os gestores estaduais ficarão responsáveis por enviar ao Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN registro contendo os dados de todos os alunos (as) que participaram do concurso nas categorias Redação III, Redação IV e Redação V de seus respectivos Estados."

Leia-se:

Art. 14. Nas categorias Redação III, Redação IV e Redação V, os gestores estaduais ficarão incumbidos de cadastrar os alunos no sistema de inscrição do concurso e de inserir as redações das pessoas que se encontrarem em situação de privação de liberdade.

§1º - A critério do gestor estadual, poderá ser designado outro servidor (a) para realizar a referida atribuição.

§2º - As redações dos participantes em situação de privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa poderão ser submetidas previamente ao setor de segurança/inteligência da respectiva unidade pelo gestor local ou pelo gestor estadual.

Onde se lê:

"Art. 19. As instituições de ensino participantes do Concurso, deverão selecionar dentre os trabalhos produzidos pelos alunos, a melhor redação de cada série escolar, nas Categorias Redação I e Redação II. Nas categorias III, IV e V as instituições educacionais devem selecionar somente as melhores redações produzidas pelos participantes dessas categorias."

Leia-se:

Art. 19. As instituições de ensino participantes do 3º Concurso de Redação, deverão selecionar dentre os trabalhos produzidos pelos alunos, a melhor redação de cada série escolar, nas Categorias Redação I e Redação II.

Parágrafo único: Todas as redações pertencentes às categorias III, IV e V deverão ser disponibilizadas no sistema de inscrição do 3º Concurso de Redação pelos gestores prisionais.

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista a não assinatura da Ata de Registro de Preços nº 11/2017, referente ao Pregão Eletrônico nº 177/2016 (Processo 124.515/2016), fica a empresa LICITAL COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 08.888.689/0001-44, atualmente em local incerto e não sabido, CONVOCADA para assinatura da supramencionada ata, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, em vista da intenção da administração superior da Câmara dos Deputados de aplicar à empresa as sanções de multa de R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), conforme previsto no subitem 5.1 do Anexo nº 3 do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 177/2016, bem como de impedimento de direito de licitar e de contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos, com fulcro no mesmo dispositivo.

LUCIANE RODRIGUES DE PAIVA FERREIRA
Diretora

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2017/108.0

Processo 140.884/11. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 2017/108.0 - firmado com o GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. CNPJ: n. 03.658.028/0001-09. OBJETO: Promover o intercâmbio, a pesquisa e a cooperação técnico-científica, social, histórica, artística e cultural, visando ao desenvolvimento e à modernização institucional. AMPARO LEGAL: Art. 116 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 24/8/17 a 23/8/22.

EXTRATO DE APOSTILA

Processo 129.661/13. Espécie: Contrato nº 2015/090.2 - firmado com a PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI, CNPJ: n. 78.533.312/0001-58. OBJETO: Prestação de serviços continuados na área de operação de equipamentos de vídeo e geração de imagens de eventos para a transmissão ao vivo. Pregão Eletrônico n. 182/14. AMPARO LEGAL: Artigo 65, § 8º, da Lei n. 8.666/93. FINALIDADE DA APOSTILA: Repactuação do valor do contrato, decorrente de convenção coletiva de trabalho, a partir de 01/10/16. VALOR: 2.407.005,70.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo 127.649/13. Espécie: Contrato nº 2014/165.3- firmado com a LAICOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME. CNPJ: n. 00.850.172/0001-54. OBJETO: Prestação de serviços de manutenção de veículos. Pregão Eletrônico n. 114/14. AMPARO LEGAL: Artigo 65, parágrafo 1º e Artigo 57, II da Lei nº 8.666/93. FINALIDADE DO ADITIVO: Formalização de alteração quantitativa, decorrente de acréscimo e supressão, de aproximadamente 7,86% do valor contratado; prorrogação da vigência contratual por 12 meses, contados a partir de 07/08/17. Valor: 153.026,09.

SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2017

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 124.547/2014. , publicada no D.O.U de 27/06/2017 . Objeto: Aquisição de materiais de resgate e treinamento de brigada de incêndio, tais como cadeira de evacuação, bolsa de primeiros socorros, maca para transporte de pacientes, manequim simulador para resgate e reanimação e colete de imobilização. Novo Edital: 30/08/2017 das 09h00 às 17h59. Endereço: Camara Dos Deputados Edif. Anexo 1 - 14 Andar Praça Dos Três Poderes - BRASILIA - DFEntrega das Propostas: a partir de 30/08/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/09/2017, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

ROMULO DE SOUSA MESQUITA
Diretor Administrativo

(SIDEC - 29/08/2017) 010001-00001-2017NE000769

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DE CONTRATAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2017 UASG 020001

Processo: 00200.004852/2017 . Objeto: Registro de preços, por demanda formulada pelo SENADO, o fornecimento de água mineral natural (somente o líquido) a ser utilizada nas diversas unidades existentes na estrutura do Senado Federal, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 30/08/2017 de 08h30 às 12h00 e de 14h00 às 17h30. Endereço: Senado Federal - Via N2 - Bloco 16 - 1º Pavimento Plano Piloto - BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br edital/020001-05-88-2017. Entrega das Propostas: a partir de 30/08/2017 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/09/2017 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT e as especificações constantes do Edital, prevalecerão as últimas.

JANIO DE ABREU
Pregoeiro

(SIDEC - 29/08/2017) 020001-00001-2017NE000013

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO Nº 28/2017

O Pregoeiro do STF comunica que o Pregão Eletrônico nº 28/2017 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados degerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos gerados nas dependências do STF, abrangendo as estapas de coleta, transporte,transbordo,tratamento e destinação ou disposição final ambientalmente adequada - foi deserto.

RENATO DUTRA COELHO

(SIDEC - 29/08/2017) 040001-00001-2017NE000004

SECRETARIA DO TRIBUNAL

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 45/2017 entre o STF e a empresa TORRES ENGENHARIA LTDA - EPP. (Processo nº 004070/2017). Objeto: prestação de serviços de adequação e aprovação de projetos de segurança contra incêndio e pânico, junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93. Valor total: R$ 52.800,00. Assinatura: 28/08/2017. Vigência: Até cinco anos, a partir de 28/08/2017. Assinam pelo STF, Armando Akio Santos Doi - Secretário de Administração e Finanças; pela Contratada, Rodrigo Torres Marques.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n. 02/2015 celebrado entre o CNJ e a empresa SERGIO MACHADO REIS - EPP. CNPJ 00.441.200/0001-80. Processo: 02407/2015. Objeto: prorrogação da vigência do contrato em epígrafe. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor: R$29.388,00. Data de Assinatura: 28/08/2017. Vigência: a contar de sua assinatura. Signatários: pelo CNJ, Julhiana Miranda Melloh Almeida - Diretora Geral; pela outra parte, Sérgio Machado Reis - Proprietário.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato TSE nº 48/2017, firmado entre o TSE e o Consórcio CONTRATO TSE PE Nº 41/2017, liderado pela empresa Oi S/A.CNPJ da empresa líder: 76.535.764/0001-43. OBJETO: Prestação de serviços de enlaces de comunicação de dados entre o TSE a Internet com anti-DDoS (itens 1 e 3 do Pregão-TSE nº 41/2017). VALOR DO CONTRATO: R$ 761.760,00. FUNDAMENTO LEGAL: Leis nº 8.666/93 e 10.520/2012. VIGÊNCIA: A partir da publicação no D.O.U e duração de 30 meses, podendo ser prorrogado. ASSINATURA: 28/08/2017. ASSINAM: Maurício Caldas de Melo, Diretor-Geral, e Luciana Rodrigues de Castro, Secretária de Administração Substituta; e Michele Fernandes Borges e Bruno Rudolfo Engelhardt, Procuradores, pela Oi S/A. PA nº 2015.00.000001349-5.

Contrato TSE nº 51/2017, firmado entre o TSE e o CONSORCIO TSE INTERNET-ANTIDDOS, liderado pela empresa Claro S/A.CNPJ da empresa líder: 40.432.544/0001-47. OBJETO: Prestação de serviços de enlaces de comunicação de dados entre o TSE a Internet com anti-DDoS (item 2 do Pregão-TSE nº 41/2017). VALOR DO CONTRATO: R$ 407.981,79. FUNDAMENTO LEGAL: Leis nº 8.666/93 e 10.520/2012. VIGÊNCIA: A partir da publicação no D.O.U e duração de 30 meses, podendo ser prorrogado. ASSINATURA: 28/08 2017. ASSINAM: Maurício Caldas de Melo, Diretor-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032017083000137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Geral, e Luciana Rodrigues de Castro, Secretária de Administração Substituta; e Juliana Franco Jibran Hsieh e Bruno Fernandes dos Santos, Procuradores, pela Claro S/A. PA nº 2015.00.000001349-5.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

4º TA ao Contrato TSE nº 68/2013, firmado entre o TSE e a empresa Rocha Controls Montagem e Serviços Especializados em Sistemas de Segurança Ltda. CNPJ nº 14.417.648/0001-72. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato pelo período de 19/09/17 a 19/09/18. VALOR DO CONTRATO: R$ 436.799,20. FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. ASSINATURA: 28/8/2017. ASSINAM: Maurício Caldas de Melo, Diretor-Geral, e Luciana Rodrigues de Castro, Secretária de Administração Substituta, pelo TSE; e Marcus Vennícios Rocha Lopes, Sócio, pela Contratada. P.A. 2016.00.000013537-5.

1º Termo Aditivo ao Contrato-TSE nº 40/2017, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Smart Trade Importações e Exportações Ltda EPP. CNPJ nº 11.621.176/0001-87. OBJETO: acrescentar ao contrato 40 unidades do item 1 - SMSat Tipo 1; e 62 pacotes do item 5 - Pacote de Dados (50MB e 100min). VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R$4.250.250,51. FUNDAMENTO LEGAL: alínea "b" e e §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993. ASSINATURA: 24/08 2017. ASSINAM: Maurício Caldas de Melo, Diretor-Geral, e Luciana Rodrigues de Castro, Secretária de Administração Substituta, pelo TSE; e Alexandro Luiz Teixeira, Procurador, pela Contratada. P.A. 2017.00.000005247-5.

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

No processo nº: 2017.00.000008789-9. Objeto: inscrição de servidores do TSE no curso "Desenvolvimento Web com HTML, CSS e JavaScript". Contratada: AOVS Sistemas de Informática Ltda. Fundamento Legal: Artigo 25,II , da Lei nº 8666/93. Valor: R$ 4.842,00 (quatro mil oitocentos e quarenta e dois reais). Reconhecimento de Inexigibilidade: em 23/08/2017, por Maria Lúcia Aiello Leal de Meirelles, Secretária de Administração - Substituta .Ratificação: em 24/08/2017, por Maurício Caldas de Melo, Diretor-Geral.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Processo STJ 14270/2017. Contrato STJ n. 49/17. CONTRATADA: Editora Premium Ltda - ME. CNPJ:00.188.874/0001-14.OBJETO: Fornecimento de acesso à base de dados jurídica Plenum Online Corporativo, com a disponibilização de seus conteúdos por meio de browsers (navegadores para internet) e ou plataformas móveis como "tablets" e "smatphones" e também por meio do fornecimento perpétuo dos conteúdos dos títulos de periódicos em formato PDF, conforme versão impressa. VIGÊNCIA: de 25/8/17 a 24/8/18. FUNDAMENTO: Art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93. MODALIDADE: Inexigibilidade de licitação. VALOR DO CONTRATO: R$ 1.800,00. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO P.T: 02.061.0568.4236.5664. NE: 2017NE001514 no VALOR de R$ 1.800,00, E.D. 3.3.90.39, Ordinário, em 16/08/17. SIGNATÁRIOS: Walter Disney Noleto Costa-SAD /STJ e Flavio Augustim - Contratada.

PROCESSO STJ 15997/2017. Termo de Credenciamento STJ n. 87/2017. CREDENCIADA: M.A. DE LIMA ODONTOLOGIA. CNPJ: 09.425.199/0001-74. OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência e Atendimento à Saúde aos beneficiários do Programa de Assistência aos Servidores do STJ - PRÓ-SER. FUNDAMENTO: Artigo 230 da Lei n. 8.112/90, Lei n. 8.666/93 e AD STJ n. 82/2007. VIGÊNCIA: 28/8/2017 a 27/8/2022. SIGNATÁRIOS: Luiz de Jesus Ferreira da Silva - SAD/STJ, em exercício, e Maria Angélica de Lima - Credenciada.

PROCESSO STJ 11996/2017. Termo de Credenciamento STJ n. 93/2017. CREDENCIADA: CLINIVIE - SERVIÇOS MÉDICOS DE DERMATOLOGIA E ENDOCRINOLOGIA LTDA. CNPJ: 24.639.160/0001-43. OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência e Atendimento à Saúde aos beneficiários do Programa de Assistência aos Servidores do STJ - PRÓ-SER. FUNDAMENTO: Artigo 230 da Lei n. 8.112/90, Lei n. 8.666/93 e AD STJ n. 82/2007. VIGÊNCIA: 25/8/2017 a 24/8/2022. SIGNATÁRIOS: Walter Disney Noleto Costa - SAD/STJ, e José Luiz Miziara Filho - Credenciada.

PROCESSO STJ 18521/2017. Termo de Credenciamento STJ n. 94/2017. CREDENCIADA: CLINICA ODONTOLÓGICA ORATHUS IMPLANTA LTDA - ME. CNPJ: 11.016.753/0001-01. OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência e Atendimento à Saúde aos beneficiários do Programa de Assistência aos Servidores do STJ - PRÓ-SER. FUNDAMENTO: Artigo 230 da Lei n. 8.112/90, Lei n. 8.666/93 e AD STJ n. 82/2007. VIGÊNCIA: 26/8/2017 a 25/8/2022. SIGNATÁRIOS: Walter Disney Noleto Costa - SAD STJ, e Daniele dos Santos Lacerda - Credenciada.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SECRETARIA

EXTRATO DE CONTRATO

Processo TST n.º 503.252/2017-6. CONTRATANTE: Tribunal Superior do Trabalho. CONTRATADA: Ene Treinamentos, Cursos e Eventos Eirelli-EPP. CNPJ: 05.025.586/0001-62. OBJETO: prestação de serviços de capacitação de eventos abertos para o PDG. MODALIDADE: Inexigibilidade de licitação. CONTRATO: IN-002/2017. FUNDAMENTO: artigo 25, inciso II, c/c o art. 13 da Lei nº 8.666/93. VALOR: total de R$ 196.073,16. VIGÊNCIA: da data de assinatura até o término do exercício de 2017. ASSINATURA: 14/8/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: programa de trabalho 02.122.0571.4256.0001, elemento de despesa 3.3.90.39, nota de empenho 2017NE001138, emitida em 9/8/2017. Pelo Contratante: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal. Pela Contratada: José Paulo Rodrigues Furtado, Diretor Executivo.

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processos TST nº 503.882/2017, 503.879/2017, 503.868/2017 e 503.509/2017. Modalidade: inexigibilidade de licitação. Objeto: contratação do CENTRO DE FISIOTERAPIA S/S LTDA., do BIOCARDIOS INSTITUTO DE CARDIOLOGIA LTDA., do INSTITUTO DE CIRURGIA DO LAGO LTDA e da CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA TEREZA CRISTINA MENDONÇA ROCHA LTDA., CNPJ 37.066.347/0001-47, 05.544.035/0001-05, 04.887.710/0001-36, 04.977.755/0001-49, respectivamente, para a prestação de serviços de assistência médica aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Superior do Trabalho - TST Saúde, conforme Edital de Credenciamento nº 02/2017. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93. Ratificadas por: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria, nos termos do caput do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Processo TST nº 503.808/2017. Modalidade: inexigibilidade de licitação. Objeto: contratação do HEMOCLÍNICA - CLÍNICA DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA LTDA., CNPJ 03.496.858/0001-87, 03.496.858/0002-68, 03.496.858/0003-49, 03.496.858/0004-20, 03.496.858/0006-91, 03.496.858/0008-53, 03.496.858/0009-34, 03.496.858/0010-78, 03.496.858/0011-59, para a prestação de serviços de assistência médica aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Superior do Trabalho - TST Saúde, conforme Edital de Credenciamento nº 02/2017. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93. Ratificado por: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria, nos termos do caput do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Processo TST nº 503.754/2017. Modalidade: inexigibilidade de licitação. Objeto: contratação da CLÍNICA PRODIGEST EIRELI., CNPJ 01.443.380/0001-00 e 01.443.380/0003-63, para a prestação de serviços de assistência médica aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Superior do Trabalho - TST Saúde, conforme Edital de Credenciamento nº 02/2017. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93. Ratificada por: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria, nos termos do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93.

DESPACHO DO SECRETÁRIO EM 28 DE AGOSTO DE 2017

O Secretário de Administração do Tribunal Superior do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o contido no processo TST nº 504.663/2016-5, comunica à empresa TASK ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA LTDA - ME, inscrita sob o CNPJ nº 07.280.176/0001-93, em função da não localização no endereço contratual, que está aberto prazo de 5 dias úteis improrrogáveis, para interposição de recurso contra a aplicação da penalidade administrativa de Multa, no valor de R$ 12.805,50, em razão do atraso de 94 dias na execução dos serviços, de acordo com o disposto na Subcláusula primeira da Cláusula Treze - Das Penalidades sobre a Contratada, c/c com o artigo 86 e artigo 87 da Lei 8.666/93, a contar desta publicação.

DIRLEY SÉRGIO DE MELO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR AUDITORIA DA 6ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 1/2017 - UASG 060005

Nº Processo: SEI 0353/17-06.01. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, de serviços auxiliares de auxiliar de informática, consoante especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, e seus Apensos e Anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 30/08/2017 de 09h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Av. Luiz Viana Filho Sn - Smus - Paralela Imbuí - SALVADOR - BA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/060005-05-1-2017. Entrega das Propostas: a partir de 30/08/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 12/09/2017 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOSE JANDUI RODRIGUES DO NASCIMENTO
Pregoeiro

(SIDEC - 29/08/2017) 060001-00001-2017NE000165

AUDITORIA DA 12ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza, conservação e copeiragem à Auditoria da 12ªCJM. OBJETO: Contrato nº03/2017. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 21/08/2017. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e, subsidiariamente, Lei 8666/93. Assinam: Dr. Ruslan Souza Blaschikoff, Juiz-Auditor, pela Contratante e Diego de Souza Andrade, pela Contratada. VALOR: Conforme tabela abaixo:

Tipo de serviço		Valor do Posto	Qtd de postos	Total
I	Servente	R$2.977,43	03	R$8.932,29
II	Copeira	R$2.609,38	01	R$2.609,38
Valor mensal do contrato				**R$11.541,67**
Valor anual do contrato				**R$138.500,00**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Espécie: Prestação de serviços de capacitação. OBJETO: Inscrição de 01 (um) servidor no 23º Seminário Internacional de Ciências Criminais - IBCCRIM. VALOR: R$1.540,00. FUNDAMENTO LEGAL: artigo 25, inciso II, parágrafo 1º, combinado com o artigo 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93. ASSINADO por: Ruslan Souza Blaschikoff, Juiz-Auditor da Auditoria da 12ª CJM, em 16.08.2017. RATIFICADO por: José Coêlho Ferreira, Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, em 17.08.2017. Processo SEI 000242/17-12.01.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato ECT nº 9912334785, celebrado em 08.10.2013 entre a Auditoria da 12ª CJM e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. OBJETO: Prorrogação do contrato nº 9912334785, para a prestação de serviços e de venda de produtos conforme anexos do instrumento contratual. VIGÊNCIA: 12 meses, de 08Out17 a 08Out17. DATA DA ASSINATURA: 18.08.2017. ASSINAM: Dr. Ruslan Souza Blaschikoff, Juiz-Auditor, pela Contratante. Antonia Rebouças de Oliveira, Superintendente Estadual de Operações, e, Susyelle Pereira Xavier, Gerente Regional de Vendas, pela Contratada. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, VIII, da Lei 8666/93.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO SECRETARIA-GERAL

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, com base no art. 61, § único, da Lei n.º 8.666/93, torna público o Registro de Preços para aquisição de material de limpeza, correspondente ao Pregão n.º 04/2017, assinado em 07/08/2017, com vigência de 07/08/2017 a 06/08/2018, conforme subprocessos do P. A. n.º TRF2-EOF-2016/00313.

Foram celebradas as atas 75 a 83/2017, 85 a 92/2017 e 94/2017, no valor global de R$ 250.695,76, cujas íntegras podem ser consultadas por meio do link: http://www10.trf2.jus.br/ai/transparencia-publica/compras-contratos-atas-rp/ - ano 2017/ mês agosto.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria Geral

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 0006849-68.2013.4.03.8000 (TRF-3ª Região); Espécie: Termo Aditivo nº 04.016.18.2012 ao Contrato nº 04.016.10.2012; Contratante: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (CNPJ n.º 59.949.362/0001-76); Contratada: BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 03.022.122/0001-77); Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato originário, em caráter excepcional, pelo período de 90 (noventa) dias; Fundamento Legal: art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/1993; Data de assinatura: 25/08/2017; Vigência: 90 dias, a partir de 28/08/2017 até 26/11/2017; Valor total: R$ 563.956,74; Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 024/2012; Signatários: pelo Contratante, o Sr. Gilberto de Almeida Nunes (Diretor-Geral), e pela Contratada, Pierre Rafiki Orfali (Sócio Administrador).

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO Nº 38/2017

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 17/08/2017 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços de Mobiliário Total de Itens Licitados: 00013 Novo Edital: 30/08/2017 das 11h00 às 17h59. Endereço: Rua Otavio Francisco Caruso da Rocha, 300 Praia de Belas - PORTO ALEGRE - RS. Entrega das Propostas: a partir de 30/08/2017 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/09/2017, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MAGDA LUCIA SCHEUNEMANN CIDADE
Diretora Geral

(SIDEC - 29/08/2017) 090030-00001-2017NE500106

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032017083000138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.